

ANTONIO GRAMSCI E FLORESTAN FERNANDES: O “INTELLECTUAL ORGÂNICO” BRASILEIRO PELA REVOLUÇÃO DEMOCRÁTICA

Autor: Prof. Dr. ARTUR DE MORAIS SILVA
Instituição: SME – DUQUE DE CAXIAS/RJ

RESUMO

Enquanto sujeito político individual ou coletivo de determinada classe social, a categoria de *intelectual orgânico*, consoante os postulados de Antonio Gramsci (1891-1937), contribui para o estudo em torno da formação de uma *intelligentsia* preparada para atuar, seja em favor da ordem estabelecida, seja visando à ação revolucionária. Assim, vários intelectuais brasileiros, seguros de sua convicção socialista, a exemplo de Florestan Fernandes (1920-1995), resgataram e reinterpretaram a concepção gramsciana acerca da categoria de *intelectual orgânico*, no sentido de contribuir para a elaboração de um quadro nacional de intelectuais, preparado para estimular o processo de “socialização da política”, buscando ampliar os canais de democratização do poder aos dominados. Com efeito, desenvolvemos a análise da categoria de *intelectual orgânico* em Antonio Gramsci, sobretudo aquela que persegue a revolução socialista como a “verdade” das classes dominadas, diretamente relacionada à concepção de *intelligentsia crítica e militante* da “revolução democrática”, nos termos de Florestan Fernandes.

INTRODUÇÃO

Esta comunicação procura vincular, diretamente, o pensamento político-filosófico de Antonio Gramsci à sociologia política de Florestan Fernandes, objetivando incorporar à abordagem teórica da categoria de *intelectual orgânico*, alguns elementos que constituem a contraditória sociedade brasileira. Correlacionando a categoria de *intelectual orgânico*, com base nos escritos de Gramsci, e a concepção de *intelligentsia crítica e militante*, de acordo com os postulados de Florestan, buscamos conectar o exame e a participação desses autores, no âmbito do desenvolvimento das forças produtivas em seus respectivos países, realçando suas convicções políticas em torno da revolução socialista.

1 – A “VERDADEIRA” CATEGORIA DE INTELLECTUAIS ORGÂNICOS EM ANTONIO GRAMSCI

É importante salientar que Antonio Gramsci produziu um número bastante razoável de apontamentos sobre o problema do *intelectual* em vários escritos políticos,

sendo que alguns deles, elaborados antes e após a prisão, foram especificamente dedicados à temática. No ensaio sobre a *Questão Meridional*¹, o autor abordou a contribuição dos intelectuais meridionais na manutenção das relações sociais de produção italianas, isto é, da estrutura oligárquica do sul a serviço da dominação burguesa setentrional, como também a necessidade da formação de um grupo de intelectuais, que aderisse ao projeto de sociabilidade do proletariado revolucionário e, no limite, se tornasse integrante e dirigente dessa classe (GRAMSCI, 2004, p. 434). E no *Caderno do Cárcere* de número 12, intitulado *Apontamentos e notas dispersas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais* (1932), Gramsci dissertou sobre o princípio educativo e a proposta de criação de um modelo “unitário” de instrução pública, como também a respeito das categorias de *intelectual*, diferenciando vários estratos intelectuais e debatendo as formas de engajamento político e ideológico desses grupos na sociedade e na história da Itália (GRAMSCI, 2000, p. 13-53).

A divisa gramsciana “todos os homens são intelectuais, mas nem todos os homens têm na sociedade a função de intelectuais” (GRAMSCI, 2000, p. 18) insurge em vários *Cadernos* e introduz o debate em torno do que é o *intelectual* na sociedade moderna, o seu lugar e o seu papel sociopolítico no contexto histórico. Ora, todo grupo (ou classe) social, “nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo de produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político”. Nas sociedades urbano-industriais, a classe social dominante no sentido econômico, visando garantir seu poder de direção política e cultural, no âmbito do Estado, investe na “elaboração” ou preparação de uma “elite” de intelectuais, que “deve possuir a capacidade de organizar a sociedade em geral, em todo o seu complexo organismo de serviços, até o organismo estatal, tendo em vista a necessidade de criar condições mais favoráveis à expansão da própria classe” (GRAMSCI, 2000, p. 15; 2001, p. 379).

Os *intelectuais orgânicos* pertencem, nos termos de Gramsci, àquela categoria elaborada por uma classe social como uma forma de *especialização* “de aspectos parciais da atividade primitiva do tipo social novo que a nova classe deu à luz”

¹ O título original do texto é *Notas sobre o problema meridional e sobre a atitude diante dele dos comunistas, dos socialistas e dos democratas*. Entretanto, o manuscrito, encontrado por Camilla Ravera, teve o título riscado e reescrito com o nome de *Alguns temas da questão meridional*, com uma grafia que não era a do autor (GRAMSCI, 2004, p. 502).

(GRAMSCI, 2000, p. 16). O autor está se referindo, nesse sentido, à nova classe social fundamental, que conquista o poder de hegemonia do Estado e vai elaborando mecanismos, isto é, uma série de estratégias e táticas, como a elaboração da sua elite de *intelectuais orgânicos*, para dar coesão, consolidar e fortalecer seu projeto de direção política e cultural e de dominação econômica. Por levarem a cabo “a elaboração superior da estrutura em superestrutura na consciência dos homens” (GRAMSCI, 2001, p. 314), os *intelectuais orgânicos* estão “dirigindo” as relações de “instável equilíbrio” entre “os dois grandes ‘planos’ superestruturais”, a saber: a sociedade política (ou a aparelhagem de Estado) e a sociedade civil (ou o conjunto das organizações sociais de “adesão” voluntária, de acordo com os interesses dos cidadãos, isto é, os aparelhos “privados”) (GRAMSCI, 2000, p. 20-21).

Na medida em que esse grupo de intelectuais atua na esfera superestrutural do “Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia couraçada de coerção” (GRAMSCI, 2002, p. 244), cabendo-lhe, predominantemente, a função de hegemonia no âmbito das sociedades modernas, o *intelectual orgânico* pode ser chamado, também, de *dirigente*. Durante a década de 1920, nos escritos pré-carcerários, Gramsci debruçou-se, inúmeras vezes, sobre a questão do poder de direção ou da função de dirigente. Daí a construção da categoria de *hegemonia*, que corresponde ao poder de direção política, cultural e ideológica, materializada no *consenso*, isto é, no consentimento geral, e não do “contrato social” numa perspectiva liberal, em torno de um projeto de sociedade e cidadania, exercida, prioritariamente, na sociedade civil ou naqueles aparelhos “privados” – daí a terminologia aparelhos “privados” *de hegemonia* (GRAMSCI, 2002, p. 254-255). Portanto, a função de *dirigente* é adequada à categoria de *intelectual orgânico*, pois a este cabe “dirigir” a totalidade social, convencendo e conquistando-a para o modelo de sociabilidade, a serviço dos interesses e das necessidades econômicas e ético-políticas da classe social dominante e, com efeito, dirigente, da qual esse intelectual provém.

De fato, se o capitalismo encontra, no conjunto de seus *intelectuais urbanos*, os gerentes mais eficazes para coordenar o funcionamento da grande indústria capitalista, ele percebe, no grupo dos *intelectuais orgânicos*, o núcleo de pensamento e renovação de sua *intelligentsia* para organizar, difundir e conservar o projeto de sociedade e sociabilidade da classe burguesa. Entretanto, Gramsci fica convencido de que a totalidade dos trabalhadores rurais e urbanos não alcançará as condições necessárias

para se constituir como classe hegemônica, caso não crie sua categoria própria de *intelectuais orgânicos*. Seus postulados indicam que o “verdadeiro” *intelectual orgânico* será aquele que se identificará com a luta das massas populares, pois, de acordo com Giovanni Semeraro, os intelectuais orgânicos “aos dominados” compreendem que a *verdade é revolucionária* (SEMERARO, 2006, p. 146).

Nessa perspectiva, exercendo a importante tarefa de dar coesão e unidade política e cultural às várias frações das classes trabalhadoras e subalternas, o *verdadeiro* intelectual orgânico orientará os demais estratos de intelectuais integrantes de seu partido político de origem, para, então, definir e organizar a fórmula revolucionária mais ajustada ao contexto material e histórico nacional. Gramsci acredita que o grande desafio imposto aos *intelectuais orgânicos das classes trabalhadoras* nos países capitalistas consiste em, justamente, definir as estratégias e táticas da ação revolucionária, mesmo que sua “organicidade” ainda esteja em processo de complexa e persistente “elaboração”. Assim, a liderança revolucionária necessita conhecer profundamente as relações materiais e históricas, que constituem o Estado em sua totalidade (sociedade civil + sociedade política; hegemonia + coerção), para melhor estabelecer “o ponto de conexão entre a estratégia e a tática, seja na política, seja na arte militar”, sem subestimar a capacidade de conquista do adversário capitalista (GRAMSCI, 2002, p. 257).

Com o desenvolvimento das forças produtivas e da sociedade civil, em instável equilíbrio com a sociedade política, perde fôlego a fórmula da *guerra manobrada* ou *guerra de movimento*, propícia para sociedades “gelatinosas”, ou fragmentadas e desorganizadas, em que “não se podem mobilizar todos os recursos de hegemonia e do Estado”, prevalecendo as formas violentas de luta armada para tomar o poder. Porém, nas sociedades modernas, prepondera a fórmula da *guerra de posição*, onde as “posições hegemônicas do grupo dominante” têm muito valor para a conquista do consentimento ativo da população em torno do seu projeto de sociabilidade, demandando à contra-hegemonia revolucionária impulsionar uma “guerra de assédio, tensa, difícil, em que se exigem qualidades excepcionais de paciência e espírito inventivo” (GRAMSCI, 2002, p. 255). Por conseguinte, cabe aos *intelectuais orgânicos das classes trabalhadoras* a organização do assédio perseverante e intelectualmente qualificado, estimulando a “socialização da participação política” para a conquista de

posições hegemônicas no terreno do Estado, com vistas à materialização capilar e processual da *sociedade regulada* ou *comunismo* em seu país.

2 – FLORESTAN E GRAMSCI: *INTELLIGENTSIA CRÍTICA E MILITANTE* OU INTELLECTUAIS ORGÂNICOS DAS CLASSES TRABALHADORAS

Para Gramsci, a sociologia consistiu na tentativa de criar um método científico para “descrever e classificar esquematicamente fatos históricos e políticos, a partir de critérios constituídos com base no modelo das ciências naturais”, desconhecendo “o princípio dialético da passagem da quantidade à qualidade”, o qual perturba a coerência mecânica de suas leis que, supostamente, explicam a evolução “natural” da sociedade. Não obstante considere que as leis sociológicas sejam obtidas por meio de “um processo de generalização abstrata”, que resulta da relação de semelhança entre um fato ou uma série de fatos, o autor não perde de vista a importância do método científico para a observação imediata e a investigação das “leis” de uniformidade sobre a realidade histórico-política de uma sociedade moderna (GRAMSCI, 2001, p. 150-151). Com efeito, ele enxerga no sociólogo um “evolucionista” das Ciências Sociais, amparado por uma suposta neutralidade ética do cientista, que busca distanciá-lo daquela realidade, no sentido de desenvolver as “leis” sociológicas de aplicação universal, cristalizando, pois, a sociologia no âmbito da conservação da ordem burguesa.

No Brasil, Florestan Fernandes percebe que a sociologia foi recebida como “‘novidade’ intelectual”, ao mesmo tempo em que tomou corpo na Europa do século XIX, desenvolvendo-se, contudo, num ritmo que não é, de forma alguma, comparável ao modo como ocorreu na sociedade europeia. Durante as primeiras décadas do século passado, a sociologia caracterizou-se “pelo uso do pensamento racional como forma de consciência e de explicação das condições histórico-sociais de existência na sociedade brasileira”, seguindo a metodologia de “análise histórico-geográfica e sociográfica do presente” ou de “análise histórico-pragmática”, na qual “a interpretação do presente se associa a disposições de intervenção racional no processo social”. Todavia, somente após o segundo quartel do século XX, foi introduzida, por aqui, a preocupação intelectual de subordinar o estudo dos fenômenos sociais aos padrões sistemáticos da ciência, que começou a ganhar relevo plenamente após 1950 (FERNANDES, 1977, p. 26-28).

Nesse contexto, embora aplaudisse a contribuição dos professores estrangeiros, Florestan foi quem consolidou a organização científica para a qualificação do sociólogo no Brasil, sublinhando que, independente de seu posicionamento político e ideológico, o cientista social “não pode nem deve omitir-se de participar dos processos que tendem a redefinir a posição da ciência na organização da vida humana” (FERNANDES, 1976a, p. 129). No entanto, se nosso autor foi acusado, posteriormente, de não vincular sua convicção socialista ao seu ofício de sociólogo, ele responde que, “por trás de um aparente empírico-criticismo ou de um sociologismo ‘experimentalista’”, uma sociologia devotada aos interesses da coletividade, então desqualificada pelas elites culturais, consolidava-se com a intenção, em crescimento, de enfrentar “as inibições de uma sociedade tão opressiva e repressiva quanto a brasileira” (FERNANDES, 1977, p. 140-141).

Florestan Fernandes redimensiona o campo da sociologia, postulando que às Ciências Sociais coloca-se o desafio central de contribuir “para a emergência e a expansão de uma civilização industrial destituída das mazelas do capitalismo, de sua sociedade de classes e do monopólio burguês do poder estatal”, recriando os papéis políticos e intelectuais do sociólogo brasileiro. Isolado na teia do conservantismo latino-americano, estando à margem de sua liberdade intelectual e das mudanças sociais, que seriam oportunizadas pelo aproveitamento dos resultados de pesquisas sociológicas, o sociólogo brasileiro tende a reproduzir tendências “evolucionistas”, a exemplo daquelas identificadas por Gramsci, servindo, assim, como mais um “funcionário” da ordem estabelecida. De tal modo, nosso autor fica convencido de que o cientista social precisa assumir o papel intelectual de *investigador*, no sentido de se preparar para “produzir o conhecimento sociológico necessário ao entendimento e à transformação da ordem existente”. Consequentemente, concordamos que o investigador das Ciências Sociais, a exemplo de Florestan Fernandes, deve desenvolver uma *sociologia política*, que se dedique à análise crítica da *tutelage do pensamento conservador*, ultrapassando as fronteiras da universidade e o fulcro das elites intelectuais, para se lançar às manifestações inconformistas do comportamento coletivo, na busca de alternativas para a transformação social no terreno da ação (FERNANDES, 1977, p. 132-133; p. 138-139).

Não por acaso, Florestan Fernandes, na qualidade de sociólogo crítico e militante intransigente da democracia, esteve presente e participou ativamente de

variadas formas de mobilização social e política, em momentos decisivos da história da sociedade brasileira. No âmbito da *Campanha em defesa da escola pública*, nosso autor encarregou-se de um expressivo volume de reuniões, conferências e comunicações em várias entidades da sociedade civil, instituições de educação superior, organismos da aparelhagem estatal e em veículos de comunicação, como jornais e canais de televisão (FERNANDES, 1976a, p. 117-118). A *Campanha* convocou a sociedade brasileira, em fins da década de 1950, a discutir o projeto de LDB, lançado para o benefício dos empresários do ensino, sobretudo das escolas católicas, com o objetivo de desobrigar o Poder Público de manter financeiramente a rede pública de ensino fundamental, favorecendo a privatização do setor e o lucro de particulares. Todavia, Florestan detinha plena consciência de que o projeto dos educadores, que partiram em defesa da escola pública e democrática, atendia a uma agenda política liberal e, sobretudo, retrógrada, pois as ideias defendidas advinham da época da Revolução Francesa e havia muito tempo que não faziam mais parte dos debates, em matéria de educação, nos países desenvolvidos (FERNANDES, 1960, p. 219-220).

Como resultado, a LDB nº 4.024/61 não fortaleceu o processo de democratização da educação brasileira, antes elevou o número de privilegiados e facilitou o lucro dos estabelecimentos privados com recursos públicos (FERNANDES, 1966, p. 530-531). Entretanto, a *Campanha* partiu de “círculos sociais variavelmente inconformistas”, cujos interesses, como a universalização do ensino, redesenharam as atitudes acomodatórias, de suposta neutralidade, que, entre os intelectuais, imperavam tradicionalmente em relação à educação escolarizada. Os sociólogos, participantes da *Campanha*, atuaram como “agentes da reeducação do homem”, buscando sair do isolamento “intelectual rigidamente exclusivista”, chegando ao “homem comum”, que pôde estabelecer “uma relação de reciprocidade com o ‘especialista’”. Assim, essa participação dos cientistas sociais contribuiu para conquistas notórias, como a melhoria parcial de algumas partes do texto da lei e a propagação de um novo tipo de reação da sociedade aos problemas da educação brasileira (FERNANDES, 1976a, p. 116-120).

No que se refere à atuação de professor e pesquisador da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, Florestan participou ativamente de comissões para a reestruturação da USP, quando a crise do padrão brasileiro de educação superior por lá se agravou na virada das décadas de 1950 e 1960. Não somente desenvolveu estudos, diagnosticando a situação da Universidade como um

todo e, em particular, da Faculdade de Filosofia, mas também buscou a materialização de algumas de suas propostas para a transformação da USP, com o apoio de professores e estudantes e da sociedade paulista, ao publicar em livros e jornais seus estudos e relatórios. Porém, ao ser instituído o famigerado golpe de 1964, que armou autodefensivamente o Estado brasileiro com forte aparato policial-militar, a *tutelage externa* do regime ditatorial alijou a oportunidade histórica de a Universidade de São Paulo promover sua reforma *por dentro*, manifestando-se do mesmo modo no restante das universidades brasileiras. De fato, a reforma universitária do governo militar se processou *a partir de fora*, retirando do caminho professores, cientistas e intelectuais que se opuseram ao regime. Não foi diferente com Florestan Fernandes, que, embora aclamado por alunos e professores da Faculdade de Filosofia da USP, após ser libertado da prisão, em setembro de 1964, por contestar o sistema, acabou sendo aposentado compulsoriamente em 1969, tendo de se dedicar à sociologia fora do país, em universidades estrangeiras.

Contudo, nosso autor não desertou às causas em que acreditava, compreendendo que a luta se fazia urgente na esfera da sociedade civil e a sociologia política não poderia deixar de ser desenvolvida, independentemente da instituição de educação superior. Desse modo, voltou ao país em meados dos anos de 1970 e, a convite da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, retomou a pesquisa e a docência em Ciências Sociais no Brasil (FERNANDES, 1989, p. 118-119). Já no limiar dos anos de 1980, filiou-se ao PT, objetivando introduzir no Partido um profundo conteúdo socialista revolucionário, sem o qual essa mobilização dos trabalhadores poderia descambar em “reformismo” e “oportunismo” (FERNANDES, 1980, p. 285). Como consequência, Florestan foi eleito deputado federal constituinte em 1986, com expressivos mais de cinquenta mil votos, sustentando como lema principal da campanha o *slogan* “Contra as ideias da força, a força das ideias”, no sentido de assegurar ao Partido dos Trabalhadores e aos demais partidos proletários o direito de “fazer as exigências que traduzem as medidas socialistas que podem ser equacionadas dentro da ordem e incorporadas à Constituição” (FERNANDES, 2006, p. 145).

Portanto, nosso autor advoga que os *sociólogos militantes*, no particular, e os *intelectuais críticos*, no geral, devem ostentar a responsabilidade política de fornecer “uma visão informista articulada, no que concerne seja ao radicalismo burguês, seja à contracultura e ao socialismo revolucionário”, aos “vários grupos ou classes sociais

[que] não possuem meios próprios de autoconsciência e de autoexplicação das condições adversas do ambiente” (FERNANDES, 1976b, p. 70-71). Nessa trajetória, Florestan propõe a formação de uma *intelligentsia crítica e militante*, composta pelo conjunto dos intelectuais brasileiros, identificados com o estilo de vida profundamente democrático e engajados no projeto socialista de sociedade e sociabilidade. Com efeito, cabe a essa *intelligentsia* defender “uma ordem burguesa efetivamente democrática ou uma transição para o socialismo”, enquanto não é possível a destruição revolucionária do Estado burguês, blindado por uma *democracia restrita*, como se observou no período nacional-desenvolvimentista (1945-1964), ou por uma *ditadura de classes aberta*, no feito do regime de 1964 (FERNANDES, 1977, p. 231).

Em contrapartida, o autor critica a debilidade do movimento socialista no Brasil, que, no cenário latino-americano, insurge “como o país no qual as tendências socialistas apareceram com a menor saliência, sem um impulso próprio para a autonomia criadora”. Nessa perspectiva, todas as ações desse movimento partiram de experiências advindas “do exterior, prontas e acabadas, restando-nos papéis tão passivos que também se pode falar, sem segundas intenções, em *relações coloniais à esquerda*”. Florestan Fernandes, então, recomenda que o movimento socialista precisaria formular sua própria *intelligentsia crítica e militante*, no sentido de “crescer como um movimento social reformista ou revolucionário e converter-se, socialmente, numa força de ‘revolução dentro da ordem’ e de ‘revolução contra a ordem’”, isto é, de consolidação da *democracia de participação ampliada* e, no limite, da *revolução democrática*. Assim, esse movimento se manifestaria, para seus quadros de “intelectuais críticos e militantes”, “como um fator de dissociação da ordem existente e de formação dos laços orgânicos seja com a maioria excluída, seja entre os que querem empregar o próprio talento na ‘transformação do mundo’” (FERNANDES, 1977, p. 207).

Ora, inspirando-se em Gramsci, Florestan compreende que nossas classes dominantes ou *possuidoras* lograram formar seu núcleo de *intelectuais orgânicos da ordem*, disposto a atuar como “cérebro pensante” das elites no poder, mas, por outro lado, que a pressão radical de baixo para cima exige que os intelectuais se reeduquem e transformem sua própria natureza humana para se converterem, eles próprios, numa “força social revolucionária” (FERNANDES, 1980, p. 53). De tal maneira, o sociólogo brasileiro reforça o pensamento do autor italiano, por entender que a reeducação revolucionária do *intelectual orgânico das classes trabalhadoras*, o qual se manifesta

como a personificação daquela *intelligentsia crítica e militante*, deve encaminhá-lo ao repúdio da “atrofia burguesa”.

Nos termos de Florestan, o “aburguesamento intelectual”, muito intenso no Brasil, mesmo entre os intelectuais socialistas, precisa ser combatido pela *intelligentsia crítica e militante*, “proletarizando-se” em seu coração e em sua consciência e mergulhando de cabeça “na vida política proletária” (FERNANDES, 1995, p. 196). Assim, confirma o espaço de destaque dado ao *partido político* nos escritos de Gramsci, para o qual fica a carga da liderança dirigente e do partido político das classes trabalhadoras, “acompanhar as transformações do proletariado em sua revolução e levá-lo a aproveitar o seu potencial de luta revolucionária de maneira decidida e criadora”, como também “montar várias estratégias e táticas de luta (nos planos econômico, político e ideológico), que se modificarão de uma fase a outra”, ainda que a “organicidade” de seus intelectuais esteja em processo de complexa e persistente “criação” (FERNANDES, 1995, p. 187).

Portanto, é conhecendo a “elasticidade da burguesia conquistadora” e exercendo os papéis políticos construtivos da ação revolucionária, na qualidade de *dirigente e líder* do conjunto das classes subalternas no partido dos trabalhadores, que se dá o processo de “elaboração” ou “criação” dos “verdadeiros” *intelectuais orgânicos* ou *intelectuais críticos e militantes*. O autor entende que os “intelectuais críticos” e “os sociólogos militantes” devem cumprir a missão de ultrapassar os muros do prestígio acadêmico e as fronteiras da acomodação improdutiva, visando romper, de forma definitiva, com a “tolerância burguesa” (FERNANDES, 1977, p. 209). De fato, a grande batalha intelectual de Florestan é formar uma *sociologia* e, sobretudo, uma *intelligentsia crítica e militante*, que se deixa capturar para as atividades-chave do partido de mobilização das massas, na busca de fazer parte, organicamente, da luta das classes trabalhadoras pela revolução democrática, numa perspectiva socialista (FERNANDES, 1995, p. 196).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FERNANDES, Florestan. Análise e crítica do projeto de lei sobre diretrizes e bases da educação nacional. In: BARROS, Roque Spencer Maciel de (org.). *Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. São Paulo: Pioneira, 1960, p. 217-306.

_____. *A sociologia no Brasil: contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1977. 270 p.

_____. *A sociologia numa era de revolução social*. 2ª ed., reorganizada e ampliada. Rio de Janeiro: Zahar, 1976a. 377 p. (Coleção Biblioteca de Ciências Sociais).

_____. *Brasil: em compasso de espera – pequenos escritos políticos*. São Paulo: HUCITEC, 1980. 293 p. (Coleção Pensamento Socialista).

_____. *Circuito fechado: quatro ensaios sobre o “poder institucional”*. São Paulo: HUCITEC, 1976b. 224 p. (Coleção Estudos Brasileiros, nº 6).

_____. *Educação e sociedade no Brasil*. São Paulo: Dominus / Editora da Universidade de São Paulo, 1966. 620 p.

_____. *Em busca do socialismo: últimos escritos e outros textos*. São Paulo: Xamã, 1995. 252 p.

_____. *O desafio educacional*. São Paulo: Cortez / Autores Associados, 1989. 264 p.

_____. *Pensamento e ação: o PT e os rumos do socialismo*. Prefácio: Paulo Henrique Martinez. 2º ed. São Paulo: Globo, 2006. 256 p. (Primeira edição, 1989).

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere: introdução ao estudo da filosofia; a filosofia de Benedetto Croce*. Volume I. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. 494 p. (Primeira edição, 1999).

_____. *Cadernos do cárcere: os intelectuais; o princípio educativo; jornalismo*. Volume II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. 334 p.

_____. *Cadernos do cárcere: Maquiavel; notas sobre o Estado e a Política*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. 428 p. (Primeira edição, 2000).

_____. *Escritos políticos: 1921-1926*. Volume II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. 522 p.

SEMERARO, Giovanni. *Gramsci e os novos embates da filosofia da práxis*. Aparecida / São Paulo: Idéias & Letras, 2006. 199 p.